



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Tecnologia e Comunicação Educacional II

Universidade do Minho

Instituto de Educação

Ano letivo 2016/2017

Ficha de Leitura (grupo)

“Evolução ou Destruição? Um olhar sobre Washington, D.C.”



Docente:
Lia Oliveira

Discente:
Ângela Carvalho (a80754)
Daniela Reis (a82578)
Maria João Silva Costa (a80796)
Miguel Rocha (a80243)
Rosiani Marcos (a83251)

Ficha de leitura de Tecnologia e Comunicação Educacional II

1. Indicações bibliográficas precisas

Nome: “Evolução ou Destruição? Um olhar sobre Washington D.C.”

De: Zeinm El-Amine e Lee Glazer

ISBN: 9789728980948

Edição ou reimpressão: 09-2010

Editor: Edições Pedago

Idioma: Português

Dimensões: 149 x 231 x 12 mm

Encadernação: Capa mole

Páginas: 152

Tipo de Produto: Livro

Coleção: Contrapontos Classificação

Temática: Livros em Português> Ensino e Educação> Políticas Educacionais e Administração Escolar

2. Informações sobre o autor/entidade/organização

Zeinm El-Amine é um antigo ativista da comunidade de Washington D.C., sendo também escritor e poeta. É membro fundador da coligação Save Our Schools, uma organização popular composta por professores, pais, sindicalistas, e ativistas da comunidade, empenhados contra a privatização do sistema escolar público tradicional no distrito de Columbia. Zein é também membro da *ella jo intentional community cooperative* – uma casa cooperativa para os organizadores do distrito de Columbia. É também membro fundador e contribuidor regular da Left Turn Magazine, uma revista destinada a ativistas.

Lee Glazer é co-fundadora da Save Our Schools. Os seus artigos sobre a proliferação charter foram publicados na *Left Turn Magazine*, *Education Organizing*, e em jornais locais, e podem ser encontrados no web site da Save Our Schools.

3. Resumo/Análise do livro ou artigo

Num contexto político em que o Estado se tem vindo a revelar incapaz de conter a dívida pública de forma satisfatória e se manifesta, ao mesmo tempo, incapaz de responder adequadamente aos desafios de sectores estratégicos como é o da Educação, este (Estado) aparece cada vez mais como o culpado da crise económica e social, pelo que os sectores politicamente mais conservadores têm questionado intensamente a centralidade do Estado na definição das políticas económicas, sociais e culturais, exigindo serviços públicos que actuem segundo uma racionalidade quantificável e de forma mais flexível, indo ao encontro dos interesses cada vez mais diversificados das diversas populações. Isto é, O Direito à Escolha em Educação permitiria às famílias tomar opções mais coerentes com o seu projecto educativo e de vida, garantido ao mesmo tempo um sistema de ensino mais eficiente e competitivo e, por isso, de maior qualidade. No entanto, as propostas conservadoras ocultam muito mais do que aquilo que realmente dizem. O maior risco associado ao movimento da escolha em educação não vem da escolha em si, mas da sua íntima relação com o mercado. Na verdade, estas propostas têm como objectivo principal o de converter os sistemas escolares públicos num mercado de serviços públicos de Educação. Nesse sentido, os sistemas educativos vêem-se reduzidos a bens de consumo, ocultando-se as redes económicas e os interesses políticos que se escondem por de trás de tais opções mercantilistas. Essa dissimulação é particularmente bem conseguida através de uma abundante publicidade apoiada em discursos demagógicos acerca das liberdades individuais, da autonomia, da necessidade de opções ‘apolíticas’ e de um Estado exíguo que actue com neutralidade, como mero regulador. Converter a Educação Pública num Serviço Público de Educação implica muito mais do que uma mera troca de palavras. Surgem então, as seguintes questões: Que implicações são essas? Como lidar com elas? O que significa realmente O Direito de Escolha em Educação?

Relativamente ao capítulo escolhido:

De todos os capítulos do livro, decidimos enquanto grupo escolher o capítulo número 7 uma vez que este suscitou a nossa curiosidade por se tratar do estudo de um caso real, nomeadamente o caso de Washington D.C. .

Capítulo 7:

Com a elaboração deste capítulo, os autores pretendem revelar a situação vivida em Washington, situação essa que era referente à privatização de espaços escolares

públicos. De um lado temos os ativistas, pais e professores que defendem a não privatização destes edifícios mas antes uma melhoria da condição dos mesmos. Por outro lado temos os chamados 'lobistas' das escolas *charter* que movidos pela ganancia desejam a todo custo privar os espaços e consequente privar a educação pública.

Porquê Washington D.C.?:

A primeira razão deve-se ao facto de Washington D.C. não possuir uma representação proporcional no congresso. "O congresso limita a autonomia das entidades oficiais eleitas localmente e interfere regularmente em questões locais." Infelizmente esta situação tirou a voz à população que era constantemente caladas por ideologias dos indivíduos e instituições. As escolas *charter* foram criadas por uma lei do Congresso e para além disso elas tinham poder de se multiplicaram quando e para onde quisessem atacando assim as escolas públicas que foram sendo cada vez mais silenciadas.

O facto das escolas públicas terem sido totalmente postas de lado fez com que muitas famílias inteiras se vissem obrigadas a deslocarem-se para outros locais. Todos ou praticamente todos os locais anteriormente escolas públicas, foram agora demolidos e transformados em alguns casos, em ginásios privados e prédios.

Para além das fracas condições dos edifícios, os sindicatos corroboraram com "fracos líderes institucionais e professores incompetentes". Apesar da boa imagem que os políticos tentam passar a verdade é que aquela situação representava um verdadeiro caos no setor da Educação.

A proliferação das escolas *charter*:

Associada à construção de novas escolas *charter* estão o fecho de mais escolas públicas devido às más condições do estabelecimento, falta de alunos e professores. Para além disso, "fazem-se preparativos para mais um êxodo no ano seguinte". A situação é tão grave que no mais infeliz dos casos pode significar o encerramento das escolas, devido à baixa acentuada do número de matrículas e alunos e salários baixos que não permitam aos professores continuar a lecionar a full-time.

Ainda outro aspeto é a pouca quantidade de escolas *charter* a funcionar perto da comunidade e excecionalmente servem para suprir as necessidades da comunidade. A grande maioria delas é sustentada por apoios empresariais, etc.

Problemas de qualidade das escolas *charter*:

Apesar da garantia total de entrada nas universidades, a verdade é que estas escolas acabavam com um número muito inferior de alunos comparativamente aos alunos matriculados e muitos acabavam por desistir voluntariamente do ensino devido às medidas por estas escolas tomadas. Dentre elas podemos mencionar uma significativa taxa de expulsões e suspensões.

Para além desta situação estas escolas negavam-se a receber os chamados alunos indesejados, enviando assim as suas matrículas de volta às escolas públicas tradicionais.

O problema da igualdade:

“ O dinheiro tem sido uma particular fonte de tensão entre as escolas tradicionais e as escolas charter.” As escolas charter recebem não só o financiamento por aluno mas também uma atribuição de capital para instalações por aluno. Ou seja estas escolas podiam fazer a atribuição do seu capital da maneira que melhor entendessem, podendo ser usado em programas, salários, etc.

Falta de transparência e responsabilização:

As escolas charter são empresas privadas sem fins lucrativos e por isso só prestam contas ao conselho administrativo. Por esta razão as suas reuniões são efetuadas com pouca divulgação e o povo pouco ou nada pode comentar sobre os assuntos abordados na mesma. Apesar de muitos apoiantes destas escolas afirmarem que o público tem conhecimento destas reuniões a verdade é que muitas destas escolas são controladas por empresas privadas.

A raposa no galinheiro

A forma como as pessoas são eleitas revela que não estamos perante uma burocracia. Veja-se o caso de Adrian Fenty que quando foi eleito presidente da câmara, em vez de resolver os problemas já existentes, as suas medidas vieram acrescer ainda mais. Para além disso elegeu pessoas para cargos sem o consentimento do público que a longo prazo devido à falta de experiência tomaram decisões que não foram justas nem devidamente justificadas. Consequentemente a situação anterior agravou-se muito e o que era mau ficou muito pior.

Através da leitura do artigo podemos verificar que o número de escolas charter aumentava e consequentemente o controlo poderia ser implementado. O objetivo da comunidade empresarial cumpria-se integralmente.

4. Comentários/Reflexões pessoais

Com a leitura cuidada deste capítulo, ou seja do capítulo número 7 do livro, podemos perceber que assim como estudado de Washington D.C. o mesmo se verifica noutros países. Infelizmente o ensino é agora mais um negócio manipulado pelas empresas privadas que visam lucrar através de um bem que não deveria ser negado a nenhum ser humano. A privatização das instituições é agora uma realidade cada vez mais vista e podemos usar como exemplo a

nossa própria Universidade do Minho que é agora uma instituição público-privada.